

Ao Banco Central do Brasil

Carta de apresentação

Prezados,

Esta carta é remetida para apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais da CREDI-SHOP S/A – Instituição de Pagamento, levantadas e encaminhadas ao Banco Central do Brasil referente ao semestre findo em 30 de junho 2022. Elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (“BACEN”), são compostas por:

Relatório da Administração;
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras;
Balanço Patrimonial;
Demonstração do Resultado;
Demonstração do Resultado Abrangente;
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

A divulgação das demonstrações financeiras da Companhia foi aprovada pela Administração em Ata de Reunião realizada no dia 29 de agosto de 2022, e publicada no sítio eletrônico www.credishop.com.br em 27 de setembro de 2022.

A Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no Relatório do Auditor Independente referente às demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022.

Teresina (PI), 27 de setembro de 2022

Idomá Gomes de Oliveira
Gerente de Controladoria
CRC – PI nº 004874/O-9 T PA

Luís Aécio Germano Magalhães
Diretor Superintendente

CREDI-SHOP S. A. –INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

Relatório do auditor independente

**Demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2022**

Relatório da administração
(Valores expressos em milhares de reais)

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais da **CREDI-SHOP S.A – Instituição de Pagamento** (“CREDI-SHOP” ou “Instituição”), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes, elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (“BACEN”).

Perfil corporativo

A CREDI-SHOP atua, há mais de 22 anos, de forma preponderante no meio-norte do Brasil, onde tem participação destacada. É uma plataforma multilateral que conecta os usuários de seu instrumento de pagamento - cartão de crédito - a uma ampla rede de aceitação [estabelecimentos comerciais]. A proposta de valor da Instituição está baseada em oferecer acessibilidade, conveniência, disponibilidade e segurança a todos integrantes de seu ecossistema. Os serviços são distribuídos e viabilizados em unidades próprias, lojas parceiras e canais digitais.

Desempenho financeiro – Liquidez

O índice de liquidez (AC/PC) e o Capital Circulante Líquido (AC – PC), nos períodos semestrais analisados, a expansão de 2,6% no volume financeiro das transações evidenciam uma melhoria contínua no desempenho financeiro da Instituição.

Índice de liquidez corrente		30/06/2022	30/06/2021
Ativo circulante	AC	616.931	588.678
Passivo Circulante	PC	348.240	352.681
Capital circulante líquido	CCL=(AC-PC)	268.691	235.997
Índice de liquidez corrente		1,77	1,67

Crítérios contábeis e fiscais adotados na contabilização das perdas e provisões nos recebíveis

A administração desde o início da pandemia, intensificou os cuidados no controle, na liberação e na concessão do crédito por causa do alto risco da inadimplência, e vem mantendo essa política sem perspectivas de afrouxamento ou abrandamento na liberação do crédito.

A partir de junho de 2020 as operações de crédito a vencer com valores inferiores a R\$ 50 (cinquenta mil reais) foram classificadas como risco “AA” conforme determina o Art. 5º da Resolução nº 2.682/99 do CMN e por conservadorismo foi aplicado o percentual de 0,5% para cálculo da provisão para perda estimada associada ao risco de crédito.

CREDI-SHOP S/ A – Instituição de Pagamento
CNPJ/MF 62.895.230/0001-13

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Dias de atraso	Níveis Riscos	Bacen %	Contas a receber	Critério		Critério
				Bacen 30/06/2022	Contas a receber	
A Vencer	AA	0,5%	379.156	1.897	371.774	1.861
15 dias	A	0,5%	43.800	219	41.078	205
30 dias	B	1,0%	30.352	304	27.764	278
60 dias	C	3,0%	7.882	236	6.662	200
90 dias	D	10,0%	3.696	370	3.468	347
120 dias	E	30,0%	5.071	1.521	4.620	1.386
150 dias	F	50,0%	4.689	2.345	4.530	2.265
180 dias	G	70,0%	4.654	3.258	3.785	2.650
Acima 180	H	100,0%	4.071	4.071	2.360	2.360
Contas a receber			483.371	14.221	466.041	11.552
Acima 180	HH	100,0%	7.996		8.033	
Contas a receber			491.367		474.074	
(-) Saldo inicial da provisão no início do semestre				(13.236)		(5.858)
Complemento da provisão no semestre				985		5.694

Indicadores de desempenho econômico

Principais indicadores de desempenho econômico apresentados nas Demonstrações dos Resultados nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021.

Principais indicadores	30/06/2022	30/06/2021	2022/2021	
			Expansão	Retração
Receita operacional líquida	57.480	56.830	1,1%	
Resultado financeiro líquido de tributos (NE 16)	19.674	5.062	288,7%	
Receitas totais líquidas - RTL	77.154	61.892	24,7%	
Volume financeiro das transações	1.016.297	990.790	2,6%	
Quantidade de transações capturadas	6.443	6.549		-1,6%
Ticket médio de compras em reais, no período	157,74	151,29	4,3%	
Lucro Líquido - LL	15.538	14.916	4,2%	
Lucratividade (LL/RTL)	20,1%	24,1%		-4,0% pp

Cenário atual, 30/06/2022 comparado com 30/06/2021: A Receita operacional líquida expandiu 1,1% e o Resultado financeiro líquido de tributos expandiu 288,7% impulsionado pela elevação da taxa média da Selic de 1,3% no 1º semestre de 2021 comparado com 5,4% no 1º semestre de 2022, que provocou uma expansão de 24,7% nas Receitas totais líquidas – RTL. Porém, a pouca expansão do volume financeiro das transações de 2,6% e uma expansão de 4,3% no ticket médio de compras, acompanhada da redução no volume da Quantidade de transações capturadas de -1,6% não foram suficientes para cobrir a elevação nas perdas e provisões deduzido das reversões o que provocou uma retração na rentabilidade de -4,0% pp (24,1% na 2ª onda da pandemia para 20,1% após a flexibilização das restrições).

Salários, encargos e serviços terceirizados

As despesas com salários e encargos, cursos e treinamentos e a prestação de serviços terceirizados no 1º semestre de 2022 reduziram nominalmente em relação a Receita Total Líquida em -7,3% pp, no 1º semestre de 2021 representavam 39,2% da Receita Total Líquida e reduziu para 31,9%. No 1º semestre de 2022. As despesas com salários, encargos e terceirizados aumentaram R\$ 323 e a Receita total líquida aumentou R\$ 15.262 correspondendo a +24,7%.

CREDI-SHOP S/ A – Instituição de Pagamento
CNPJ MF 62.895.230/ 0001-13

	30/06/2022	30/06/2021	Evolução das despesas	
Receita total líquida - RTL	77.154	61.892	15.262	
Expansão das receitas líquidas	24,7%			
Despesas com salários e encargos	16.777	17.174	(397)	-2,3%
Cursos e treinamentos	68	99	(31)	-31,3%
Terceirização da cobrança	1.292	1.743	(451)	-25,9%
Terceirização da vigilância e limpeza	754	561	193	34,4%
Transporte de valores	571	666	(95)	-14,3%
Serviços de gestão de segurança cibernética	854	261	593	227,2%
Serviços de manutenção e desenvolvimento de aplicações	1.036	557	479	86,0%
Serviços de business analytics	338	338	-	0,0%
Serviços de consultoria jurídica e regulatória	450	786	(336)	-42,7%
Demais serviços de tecnologia da informação	819	922	(103)	-11,2%
Demais serviços prestados por terceiros	1.277	914	363	39,7%
Demais serviços técnicos e profissionais	404	296	108	36,5%
Salários, encargos e terceirizados	24.640	24.317	323	1,3%
% s/ o Total das receitas líquidas - RTL	31,9%	39,3%	-7,3%	pp Redução
Quantidade média de funcionários	614	634	-3,2%	Redução

Iniciativas ESG

Sempre preocupada em manter as boas práticas que tragam resultados positivos para a Instituição e o planeta, a Credi-Shop está comprometida com iniciativas ESG (Environmental, Social and Governance), pois são valores trabalhados diariamente como parte da cultura organizacional da Instituição. Abaixo listamos algumas práticas desenvolvidas de forma contínua na Credi-Shop:

Environment (Meio Ambiente)

A Credi-Shop tem compromisso com o meio ambiente, buscando sempre a sustentabilidade e a contenção de mudanças climáticas, com a adoção de boas práticas.

Reforçando a conscientização ambiental, a Instituição possui a coleta seletiva de resíduos e recolhimento do material descartado semanalmente, com reaproveitamento de alguns materiais por instituições sociais que trabalham com reciclagem. O resíduo eletrônico gerado pela Credi-Shop também é descartado de forma a não prejudicar o meio ambiente, utilizando-se de empresas especializadas para coleta e descarte dos resíduos, tendo como destino final do material a reciclagem dos componentes.

A Credi-Shop adota outras práticas que contribuem para sustentabilidade, como: iniciativas para redução do uso do papel com conscientização sobre uso responsável da impressora, incentivo de utilização das faturas digitais pelos clientes, relatórios de ponto no formato digital no Portal RH para os colaboradores; e adoção de práticas de incentivo para evitar consumo de copos descartáveis e consumo consciente da energia e água.

Social (Social)

Ações voltadas ao respeito e valorização do ser humano, com adoção de práticas de valorização da diversidade; preocupação com as desigualdades; apoio a projetos voltados ao desenvolvimento de crianças e adolescentes com transtornos do espectro autista; inclusão social de clientes por meio da concessão de crédito a um público desbancarizado; inclusão cultural de crianças e classes menos favorecidas; compromisso com os colaboradores, cuja satisfação tem sido reconhecida pela premiação do GPTW em nível regional e nacional, com programas e práticas que promovem qualidade de vida e valorização do coletivo.

A Credi-Shop tem uma crença muito forte nas pessoas e no fato de que um ambiente de trabalho feliz é fundamental para o sucesso do negócio, para isso desenvolve o programa de Qualidade de Vida no Trabalho-QVT.

Além de proporcionar o equilíbrio entre vida pessoal e profissional do colaborador e um ambiente de trabalho saudável, o Programa de QVT Credi tem o objetivo de cuidar da saúde do colaborador em sua integralidade, favorecer a segurança psicológica, reduzir os riscos psicossociais no trabalho, oportunizar benefícios, contribuir para redução dos indicadores de absenteísmo e rotatividade a partir da melhoria do clima, e promover a felicidade no trabalho e funciona através de um calendário sistemático de ações mensais e programas ou benefícios voltados para o bem-estar de cada colaborador e seus familiares.

O planejamento de ações do Programa de QVT inclui também o apoio a campanhas sociais de conscientização defendidas por entidades e organizações não governamentais. Desta forma, são realizadas palestras, atividades ou cartazes com orientações aos colaboradores sobre o *Janeiro Branco* e a importância do cuidado com a saúde mental; *Abril Verde* pela saúde e segurança no trabalho; *Agosto Lilás* e a conscientização pelo fim da violência contra a mulher; *Setembro Amarelo* e a prevenção ao suicídio e valorização da vida; *Outubro Rosa* e a prevenção para o controle do câncer de mama e colo de útero; *Novembro Azul* na conscientização para prevenção do câncer de próstata e *Dezembro Vermelho* e a prevenção e combate à Aids.

Dentro da vertente social, a Credi-Shop foca no seu papel junto à comunidade, através da promoção de ações que estimulam a doação e visitas para instituições sociais como asilos, creches, casas de recuperação de dependentes, etc. Além disso, a Instituição realiza doações em valor mensal fixo para algumas entidades filantrópicas e em dezembro através da campanha *Natal Solidário* doa parte do recebimento de compras do cartão Credishop para instituições sociais.

No mês das mulheres de 2022, a Credi-Shop lançou uma plataforma direcionada tanto para suas colaboradoras, como para as clientes da Instituição. A plataforma *Acreditar Nelas* busca inspirar, qualificar e conectar as mulheres empreendedoras que compõem o mercado. O site oferece o conhecimento necessário para auxiliar no crescimento, além de ajudar na conexão entre empresas formadas por mulheres e incentivar o seu desenvolvimento no mercado. São cursos com profissionais de referência, dicas e ferramentas que também irão auxiliar neste crescimento, tudo isso disponível no site: www.acreditarnelas.com.br/

Existe um dado que chama atenção: 62% do quadro total da Credi-Shop é composto por mulheres, inclusive, em postos de liderança e gestão. Por suas práticas, a Credi-Shop conquistou o “*Selo Dona Saló*”, premiação da Prefeitura de Teresina que se destina a reconhecer empresas que promovem a equidade de gênero na capital piauiense.

Além do espaço de empregabilidade para mulheres, a Instituição adota outro pilar forte de inclusão de pessoas com deficiência. Para facilitar a integração, anualmente são realizados cursos de libras para os colaboradores, que também contam com tradutor de Libras nos computadores da Instituição. Todas as ações têm a presença de intérpretes de Libras.

A Instituição é também uma escola reconhecida de oportunidades para jovens em situação de primeiro emprego.

No quadro de pessoal, mais de 50% dos colaboradores estão na Instituição há mais de 5 anos, resultado de uma forte cultura e de programas que valorizam as pessoas e reforçam os vínculos com a Instituição.

Governance (Governança)

A Credi-Shop realiza ainda ações voltadas à adoção de boas práticas de governança com o objetivo de preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da Instituição, prezando pela qualidade da gestão, sua longevidade e o bem comum.

Nesse pilar, destacam-se iniciativas relacionadas à inovação e transformação; transparência e prestação de contas; comitê em áreas chaves com reporte à Diretoria; contratação de empresas de consultoria renomadas para tomadas de decisões relevantes; programas robustos de tecnologia e contínuo aprimoramento tecnológico; implantação de políticas e ações voltadas aos programas de privacidade e segurança de dados pessoais e de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento de terrorismo; fortalecimento da cultura de conformidade e ações de engajamento voltadas à ética e integridade promovidas pela área de Compliance envolvendo todos os níveis hierárquicos da Instituição; implantação de canal de denúncia independente para relatos de irregularidades ou desvios de conduta; contratação de auditoria renomada para as demonstrações financeiras; contratação de serviços de auditoria interna por meio de empresa especializada e com equipe de profissionais multidisciplinar; e contratação de serviços profissionais para gerenciamento de riscos e controles internos.

As ações de orientações são frequentes e contam com cursos e treinamentos online de temas que envolvem a área, disponibilizados nas plataformas próprias de treinamentos. Um código de conduta embasa nosso comportamento ético e todo colaborador assim quando entra tem acesso. O código de conduta também é disponibilizado em formato de vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=7Hux4VMA8gE>

Anualmente, acontece a *Semana de Compliance*, que envolve todos os colaboradores da Instituição a participarem das atividades que tratam sobre temas baseados na integridade e ética.

Práticas de gestão e cultura

Diante de um ambiente de transformações tecnológicas, mudanças nas demandas regulatórias e crescente competitividade no mercado, permanecemos em nossa jornada de inovação e maturidade da governança. Tal processo se funda no foco no cliente, aprimoramento continuado e respeito a nossa gente.

No que diz respeito às práticas de gestão de pessoas, destacamos: continuidade dos vídeos na plataforma de educação corporativa, programa planejado de treinamento, continuidade das ações do comitê de saúde em resposta às diversas doenças, especialmente as de espectro psicológico, com maior ênfase na prevenção e segurança.

TI

Realizamos investimentos para tratar os temas de segurança cibernética e proteção de dados com a seriedade necessária. Além disso, incorporamos a cultura da agilidade e da modularização na arquitetura de sistemas.

Na perspectiva de atender os clientes onde, quando e como desejarem, temos, com o auxílio da tecnologia, aprimorado nossos canais de interação com os clientes, seja em dar maior capilaridade e agilidade aos pontos de atendimento físicos ou trazer maiores funcionalidades aos nossos meios digitais de atendimento – app, chatbot, site.

No 1º semestre de 2022 foram gastos R\$ 1.538 (R\$ 1.505 no 1º semestre de 2021), com as áreas de: gerenciamento de riscos, auditoria interna e auditoria das demonstrações financeiras, serviços de tecnologia da informação, advocacia especializada em normas regulatórias, consultoria especializada nas áreas de PLDFT e LGPD, e suporte técnico do sistema SAP, conforme descrição abaixo:

CREDI-SHOP S/ A – Instituição de Pagamento
CNPJ MF 62.895.230/ 0001-13

Gastos com implantação e aprimoramento das áreas de governança:		30/06/2022	30/06/2021
Gestão de riscos	Identificação, mensuração e classificação de riscos operacionais: de créditos e Liquidez.	138	126
Auditorias	Auditoria interna e externa independente	244	136
Assessoria Jurídica	Advocacia Especializadas em normas regulatórias do BACEN	-	-
PLDFT e regulatório	Consutoria especializada em PLDFT; Licenças de Sistemas e Serviços de Acompanhamento Regulatório.	170	297
Sistema de gestao Integrado	Suporte tecnico do sistema de gestao Sap Gestão contabil e financeira	181	143
LGPD	Assessoria e consultoria Jurídica	12	309
Gestão do capital humano	Especializado em capital humano, folha, treinamento e desenvolvimento, benefícios, avaliação de desempenho, medicina do trabalho e juridica	793	494
Total dos gastos com implantação e aprimoramento das áreas de governança		1.538	1.505

Melhorias contínuas

Continuamos com as melhorias em nossos sistemas de informações advindas da implantação do sistema de gestão SAP. Nossas demonstrações financeiras são apuradas pelo sistema SAP, o que tem ocasionado maior agilidade e maior segurança nos controles internos e nas informações contábeis e financeiras.

Persistimos em investir no capital humano, de modo a oferecer a melhor experiência a nosso pessoal, com engajamento e fortalecimento de nossos propósitos. Isto nos permitiu figurar, pela 8ª vez consecutiva, entre as Melhores Empresas para Trabalhar na lista do Piauí e passamos desde 2019 a integrar a lista das melhores empresas para trabalhar no plano nacional no segmento de serviços financeiros, concedido pela GPTW – Great Place To Work.

Aprimoramos as nossas interações com os clientes, compreendendo o seu comportamento nos mais diversos pontos de contato. Tanto é assim, que acrescentamos novas funcionalidades no APP Credishop, aplicativo que entrega informações aos usuários de forma intuitiva e simples.

No 2º semestre de 2020 entrou em funcionamento a Atendente Virtual – Inteligência Artificial/Chatbol, **Ana**, para dinamizar e simplificar os canais de acesso dos usuários do cartão Credishop com as informações atinentes ao mesmo. Essa estratégia de multicanalidade no atendimento tem visado uma melhor experiência do cliente, em especial, quando os imperativos de distanciamento social se intensificam face a pandemia.

Desde então, foram realizados investimentos no valor de R\$ 345, tanto na implantação de novas funcionalidades e manutenção da plataforma sistêmica, quanto no esforço de comunicação para lançamento da Atendente Virtual. No primeiro semestre de 2022 continuamos a promover os aprimoramentos necessários ao bom desempenho e atualizações da aplicação.

Ainda no que diz respeito ao eixo tecnológico, a Instituição tem realizado constantes iniciativas, de forma a prover segurança, escala e estabilidade em seus serviços. No período, foram feitos investimentos em ecossistema de segurança da informação com seis ferramentas integradas; infraestrutura de hiperconvergência e hibridização em nuvem; API de pagamentos e revitalização do sistema integrado de gestão empresarial (ERP).

A CREDI-SHOP em sua jornada de adaptação digital manteve seu relacionamento com a Gartner de modo a assessorá-la em toda arquitetura de aplicações voltadas para o seu público

A CREDI-SHOP com o propósito de modernizar suas atividades, imobilizou no primeiro semestre de 2022 recursos no valor de R\$ 2.950 (R\$ 2.805 no primeiro semestre de 2021), distribuídos da seguinte maneira (NE 6.2):

Aquisições de imobilizado de uso e intangível	30/06/2022	30/06/2021
Máquinas e equipamentos de informática	710	517
Móveis e utensílios	28	66
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	36
Licenças e direito de uso de softwares	2.212	2.186
Total das aquisições no período	2.950	2.805

Relacionamento com Auditores Independentes

Em consonância com Instrução Normativa BCB nº 236, de 17/02/2022, art. 5º, II, a Instituição contratou os serviços de auditoria independente da **BDO RCS Auditores Independentes – Sociedade Simples**

A Política da CREDI-SHOP na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade, para tanto adota os princípios internacionalmente aceitos, sendo: a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Declaração da Diretoria

Em observância as disposições constantes no art.45, da Resolução BCB nº 2, de 12/08/2020, a Diretoria declarou que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021, as quais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), bem como declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório do Auditor Independente sobre as referidas Demonstrações Financeiras, sem ressalvas, emitido pela BDO RCS Auditores Independentes – Sociedade Simples.

Estrutura Organizacional

A Estrutura Organizacional em 30 de junho de 2022 era composta por 614 funcionários (634 em 30/06/2021), sendo: 41% com formação no ensino médio completo ou menos, 36% com curso superior incompleto, 17% com curso superior completo e 6% com pós-graduação/especialização.

Eventos subsequentes e significativos

A desaceleração mais acentuada das atividades econômicas a nível global e doméstico, fomentada por pressões inflacionárias, guerra da Ucrânia e resquícios de uma longa crise provocada pelo Coronavírus (**Covid 19**), geraram cenários de negócios, econômicos e sociais, adversos e voláteis, carregados de incertezas.

A administração da Instituição avalia de forma constante esses cenários e os possíveis impactos no setor, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos negativos em seu ambiente de negócios, sempre atenta as ações governamentais adotadas para o enfretamento da atual situação emergencial, a experiência adquirida ao longo do ano de 2020 até a presente data, demonstra que quanto mais permanecemos nesses ambientes incertos e voláteis, maior será a atuação do Banco Central do Brasil em manter sua política de elevação gradual da taxa de juros em patamar contracionista, enquanto isso não se resolve, os principais indicadores de desempenho econômico e financeiro permanecerão indefinidos.

Promulgação da Emenda Constitucional (EC) nº 123 que estabelece o “estado de emergência” até o final do ano de 2022

O Congresso Nacional publicou no Diário Oficial da União no dia 15/07/2022 a EC nº 123 que reconhece “estado de emergência” decorrente da elevação extraordinária e imprevisível dos preços do petróleo, combustíveis e seus derivados e dos impactos sociais dela decorrentes.

A EC permite a criação de benefícios sociais por meio da abertura de crédito extraordinário não previsto no Orçamento da União até o limite de R\$ 41,2 bilhões, os benefícios serão pagos a partir de agosto de 2022, assegurará a extensão do programa Auxílio Brasil, que concederá às famílias beneficiárias, 5 (cinco) parcelas mensais, de R\$ 200,00 (duzentos reais), no período de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2022, até o limite de R\$ 26,0 bilhões, R\$ 1,05 bilhões serão destinados para o auxílio gás, R\$ 5,4 bilhões para o auxílio dos caminhoneiros, R\$ 2,0 bilhões para os taxistas, R\$ 2,5 bilhões serão transferidos para estados e municípios para custear a gratuidade no transporte público para cidadãos acima de 65 anos, R\$ 3,8 bilhões para os estados que outorgarem créditos tributários do ICMS para os produtores e distribuidores do etanol hidratado e até o limite de R\$ 500 milhões para o reforço orçamentário do programa que promove compra de alimentos de pequenos produtores e sua destinação para famílias em situação de insegurança alimentar.

Esses auxílios emergenciais, adicionais e temporários, de proteção social a pessoas em situação de vulnerabilidade, poderão ajudar na recomposição parcial do poder aquisitivo da Classe E, população alvo, usuários do cartão Credi-Shop, e poderá incentivar os portadores de cartões a regularizarem seus débitos.

Política monetária e ajustes necessários na definição da taxa básica de juros – Selic para o 2º semestre de 2022

O Comitê de Política Monetária (Copom), órgão do BACEN, tem como objetivo estabelecer as diretrizes da política monetária e de definir a taxa básica de juros – Selic. Em sua 248ª reunião realizada em 2 e 3 de agosto de 2022, considerou em sua análise de riscos que a incerteza em torno das suas premissas e projeções atualmente é maior do que a usual e pode ter consequências de longo prazo e se traduzir em pressões inflacionárias mais prolongadas. Ressaltou que o ciclo de aperto monetário em curso foi bastante intenso e tempestivo e que, devido às defasagens longas e variáveis da política monetária, ainda não se observa grande parte do efeito contracionista esperado bem como seu impacto sobre a inflação em curso.

Por fim, o Copom decidiu, por unanimidade, elevar a taxa básica de juros em 0,50 ponto percentual, passando de 13,25% a.a. (vigente no período de 17 de junho de 2022 até 3 de agosto de 2022), para 13,75% a.a. (vigente a partir de 4 de agosto de 2022), com o objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego e que irá perseverar em sua estratégia até que consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas, até que se consolide. O Copom avaliará a necessidade de um ajuste residual na taxa básica de juros Selic, de menor magnitude, em sua próxima reunião

ADMINISTRAÇÃO

CREDI-SHOP S. A. – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

**Demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2022**

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



Tel.: + 55 11
3848 5880
Fax: + 55 11
3045 7363
www.bdo.com.br

Rua Major
Quedinho,
90
Consolação
– São
Paulo, SP
Brasil
01050-030

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Credi-Shop S.A. – Instituição de Pagamento
Teresina – PI

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Credi-shop S.A. – Instituição de Pagamento** (“**Instituição**”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Credi-Shop S.A. – Instituição de Pagamento** em 30 de junho de 2022 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos

Valores correspondentes

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e ao semestre findo em 30 de junho de 2021, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório, datado de 28 de março de 2022 e 20 de agosto de 2021, respectivamente, que não conteve nenhuma modificação.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;


- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 23 de setembro de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - - S - PI



Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 154954/O-3 - S - PI

CREDI-SHOP S/ A – Instituição de Pagamento
CNPJ/MF 62.895.230/ 0001-13

Balancos Patrimoniais
Levantados em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVOS	Notas Explicativas	30/06/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		616.931	613.732
Caixa e equivalentes de caixa	4	176.352	163.083
Valores a receber relativos a transações de pagamentos	5	452.849	461.958
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(14.220)	(13.236)
Créditos tributários		26	26
IRPJ e CSLL		16	16
Outros impostos		10	10
Outros valores e bens		815	572
Material em estoque		1.109	1.329
 NÃO CIRCULANTE		 16.147	 15.848
Realizável a longo prazo		339	339
Depósitos Judiciais		339	339
Imobilizado de uso	6 e 6.1	9.588	9.938
Intangível	6.2	6.220	5.571
 TOTAL DO ATIVO		 633.078	 629.580
 PASSIVOS	Notas Explicativas	 30/06/2022	 31/12/2021
CIRCULANTE		348.240	356.552
Obrigações por transações de pagamentos	3.2.1	326.011	339.133
Fornecedores		3.012	1.886
Salários a pagar		625	567
Obrigações tributárias	7	7.732	8.660
Provisão para contingências	8	476	508
Provisões e demais obrigações	9	3.422	2.526
Dividendos mínimos obrigatórios	11.3	6.962	3.272
 NÃO CIRCULANTE		 13.585	 13.623
Exigível a longo prazo		13.585	13.623
Partes relacionadas - Cessão de Créditos Fiscais — PRT	10	13.360	13.360
Parcelamentos tributários		225	263
 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	 271.253	 259.405
Capital Social		259.405	242.992
Capital realizado	11.1	259.405	242.992
Reserva legal	11.2	777	6.598
Reserva especial de lucro	11.3	11.071	-
Dividendos adicionais propostos	11.3	-	9.815
 TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		 633.078	 629.580

CREDI-SHOP S/ A – Instituição de Pagamento
CNPJ MF 62.895.230/ 0001-13

Demonstrações dos Resultados
Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ações)

	Notas Explicativas	30/06/2022	30/06/2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	57.480	56.830
(-) Custo dos serviços prestados	14	(28.108)	(27.810)
LUCRO BRUTO		29.372	29.020
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		(8.360)	(6.248)
Com vendas		(1.881)	(966)
Administrativas		(3.527)	(3.228)
Tributárias		(540)	(67)
Depreciação e amortização		(2.412)	(1.987)
(Perdas) no recebimento de créditos		(23.272)	(380)
Recuperação de créditos baixados como perdas		10.262	8.140
(Provisão) para créditos de liquidação duvidosa - PECLD		(985)	(5.694)
(Provisão) Reversão da provisão para contingências	8	31	(419)
LUCRO OPERACIONAL (ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO)		7.048	24.419
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO DE TRIBUTOS	16	19.674	5.062
Receitas financeiras		23.070	8.225
Despesas financeiras		(3.396)	(3.163)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		26.722	29.481
Imposto de renda e contribuição social: corrente	15	(11.184)	(14.565)
Imposto de renda e contribuição social		(11.184)	(14.565)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		15.538	14.916
Quantidade por lote de mil ações na data do balanço		62.277	59.641
Lucro Líquido básico por ações atribuível aos acionistas R\$		0,2495	0,2501

Demonstrações de Resultados Abrangentes
Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	1º semestre 2022	1º semestre 2021
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	15.538	14.916
(+/-) Resultado abrangente do período	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	15.538	14.916

CREDI-SHOP S/ A – Instituição de Pagamento
CNPJ/ MF 62.895.230/ 0001-13

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Dividendos Adicionais	Reserva Especial de Lucros	Lucros Acumulados	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo, 31 de dezembro de 2020	200.819	5.163	21.002	-	-	226.984
Aumento de Capital - AGO 29/04/2021	21.002	-	(21.002)	-	-	-
Proposta de destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do 1º semestre de 2021	-	-	-	-	14.916	14.916
Reserva Legal	-	746	-	-	(746)	-
Dividendos mínimo obrigatórios	-	-	-	-	(3.542)	(3.542)
Dividendos adicionais propostos	-	-	10.628	-	(10.628)	-
Saldo, 30 de junho de 2021	221.821	5.909	10.628	-	-	238.358
Saldo, 31 de dezembro de 2021	242.992	6.598	9.815	-	-	259.405
Aumento de Capital - AGO/AGE 25/04/2022	16.413	(6.598)	(9.815)	-	-	-
Proposta de destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do 1º semestre de 2022	-	-	-	-	15.538	15.538
Reserva legal	-	777	-	-	(777)	-
Dividendos mínimo obrigatórios	-	-	-	-	(3.690)	(3.690)
Constituição de reserva especial de lucro	-	-	-	11.071	(11.071)	-
Saldo, 30 de junho de 2022	259.405	777	-	11.071	-	271.253

CREDI-SHOP S/ A – Instituição de Pagamento
CNPJ MF 62.895.230/ 0001-13

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO
PARA OS PERÍODOS FINDOS NO 1º SEMESTRE DE 2022 E 1º SEMESTRE DE 2021

(Valores expressos milhares de Reais)

	1º semestre de 2022	1º semestre de 2021
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(39.304)	(47.830)
Recebimentos	88.431	72.916
Serviços prestados	65.361	64.661
Juros e encargos	23.070	8.255
Pagamentos	127.735	120.746
Antecipações aos estabelecimentos comerciais	71.224	63.968
Fornecedores de bens e serviços	14.252	12.620
Salários e pró-labore	11.805	13.180
Tributos e encargos sociais	24.852	25.901
Despesas operacionais	3.585	3.307
Serviços bancários e depósitos judiciais	2.017	1.770
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(2.949)	(2.880)
Investimento no imobilizado	(737)	(694)
Investimento no intangível	(2.212)	(2.186)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	55.522	39.985
Recebimentos (Pagamentos)	55.522	39.985
Antecipações aos estabelecimentos comerciais	63.968	58.205
Antecipações de recebíveis dos usuários de cartões	9.275	10.844
Recursos oriundos dos usuários da Conta Garantida — Cláusula mandato	(450)	(2.882)
Recursos aplicados nas antecipações e Capital de Giro	(17.271)	(26.182)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA	13.269	(10.725)
Disponibilidades de caixa em 31/12/2020		167.550
Disponibilidades de caixa em 30/06/2021		156.825
Disponibilidades de caixa em 31/12/2021	163.083	
Disponibilidades de caixa em 30/06/2022	176.352	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A **CREDI-SHOP S.A. – Instituição de Pagamento (“CREDI-SHOP” ou “Instituição”)**, exerce atividades de administração de cartões de crédito, com sede na Av. Frei Serafim, 2.648, Bairro Ilhotas, CEP 64.001-020, na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

A Instituição tem por objeto social: A emissão e a administração de instrumentos de pagamento pós-pagos (cartões de crédito), próprios ou de terceiros; a obtenção, em nome e por conta dos titulares de cartão de crédito, de financiamentos junto a instituições financeiras; a concessão de aval ou fiança às partes integrantes do negócio de cartão de crédito; a formação e utilização de cadastro, serviços de cobrança em nome e por conta de terceiros; a promoção de vendas, negócios e serviços de consultoria técnica, administrativa e de viabilidade econômica, bem como participação societária em outras sociedades, direta ou indiretamente.

Em 23 de agosto de 2018, o Banco Central do Brasil (BACEN) autorizou o Pedido para Funcionamento do Arranjo de Pagamento CREDI-SHOP, Pós-Pago, de Compra, Doméstico. Em 30 de dezembro de 2021 o arranjo de pagamento Credishop deixou de ser considerado como integrante do Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB) e, por conseguinte, deixou de ter obrigatoriedade de autorização por parte do BACEN, nos termos da Resolução BCB n.º 150, de 6 de outubro de 2021 e Comunicado n.º 38.131, de 30 de dezembro de 2021.

Em 17 de julho de 2019, conforme publicação no Diário Oficial da União, o BACEN aprovou a CREDI-SHOP a funcionar como Instituição de Pagamento – IP na modalidade de Emissor de Instrumento de Pagamento Pós-Pago.

Em função da aprovação do BACEN para CREDI-SHOP atuar como Instituição de Pagamento – IP a Instituição passou a adotar os critérios, procedimentos e as regras contábeis definidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e de acordo com a Resolução BCB n.º 2 de 12 de agosto de 2020, que consolidou os critérios para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e Resolução BCB n.º 120 de 27 de julho de 2021, que estabeleceu os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis, a serem observados pelas Instituições de Pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade As demonstrações financeiras foram autorizadas pela administração em 23 de setembro 2022, tendo sido preparadas de acordo com as NBC,s - Normas Brasileiras de Contabilidades, observando as diretrizes emanadas pela Lei das Sociedades por Ações n.º 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional (CMN), observado o disposto na Resolução BCB n.º 02, 12 de agosto de 2020 e Resolução BCB n.º 120, 27 de julho de 2021, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, em consonância com os seguintes pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovados e recepcionados pelo Banco Central do Brasil, conforme art. 5º da Resolução BCB n.º 2 em vigor desde 1º de janeiro de 2021 e art. 2º da Resolução BCB n.º 120 em vigor desde 1º de janeiro de 2022. A adoção dos pronunciamentos a seguir listados não divergem das práticas contábeis adotadas pela Instituição.

- Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível;
- Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas;
- Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- Pronunciamento Técnico CPC 24 – Evento Subsequente;
- Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado;
- Pronunciamento Técnico CPC 41 – Resultado por Ação;
- Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor justo, e
- Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente

2.1.1 Demonstração do Resultado

A CREDI-SHOP adotou a forma comparativa de divulgação das demonstrações financeiras, observou as disposições contidas no art. 42 da Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020 e optou por utilizar o modelo de demonstração de resultado previsto no artigo 187 da Lei 6.404/76 em consonância com as NBC,s – Normas Brasileiras de Contabilidade – Resolução do CFC 1.374 NBC TG, em substituição aos modelos padronizados definidos no COSIF, especificando, as informações mínimas estabelecidas no art. 24 da Resolução BCB nº 2. A Credi-Shop não exerce nenhuma operação de intermediação financeira, por isso aplicou o disposto no Art. 30 da Resolução BCB nº 2, que estabelece que a nomenclatura das contas utilizadas e sua ordem de apresentação podem ser modificadas de acordo com a natureza das atividades da Instituição, desde que a nova estrutura de contas forneça informação mais relevante para a compreensão da sua situação patrimonial e financeira, do seu desempenho e dos fluxos de caixa.

2.1.2 Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto as demonstrações financeiras incluem várias estimativas; entre elas, aquelas referentes à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliações de ativos financeiros pelo seu valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise de risco na determinação da provisão para créditos de difícil liquidação, assim como análise dos demais riscos na determinação das demais provisões necessárias para passivos contingentes, provisões tributárias e outras similares. Por serem estimativas é possível que os resultados reais possam apresentar variações.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado nas notas explicativas seguintes. O custo histórico é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos e passivos.

2.3 Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional e de apresentação, e todos os valores convertidos para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades de caixa são avaliadas pelo custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de liquidez, cujas taxas são factíveis às de mercado, estando ao seu valor justo e de realização.

3.2 Valores a receber relativos a transações de pagamentos

Referem-se aos valores das transações realizadas pelos usuários dos cartões de crédito, deduzidas das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. A provisão para perda esperada associada ao risco de crédito é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Instituição não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Especificamente quanto às contas a receber de usuários e a pagar aos estabelecimentos comerciais, podem ser assim resumidas:

As contas a receber proveniente dos usuários do cartão CREDI-SHOP são contabilizados e reconhecidos de acordo com Plano de Contas – COSIF, na medida que as compras são efetuadas nos estabelecimentos comerciais, nesse ato debita-se a conta COSIF 1.8.8.79.00-3 – Valores a receber relativos a transações de pagamento e credita-se a conta COSIF: 4.4.1.60.00-9 – Transações de pagamento.

Se, na data do vencimento da fatura não ocorrer sua liquidação a CREDI-SHOP de acordo com a cláusula mandato expressa no contrato do associado, obtém junto as instituições financeiras o financiamento necessário para suprir a falta do pagamento e liquidar os compromissos assumidos com os estabelecimentos comerciais, ocasião em que debita a conta COSIF 1.8.8.80.20-5 – Títulos de Créditos a Receber – Sem Característica de Concessão de Crédito e credita-se a conta COSIF 1.8.8.79.00-3 – Valores a receber relativos a transações de pagamento.

Simultaneamente, procede-se o lançamento contábil dos empréstimos por conta e ordem dos usuários de acordo com a cláusula mandato expressa no contrato do associado numa conta redutora denominada 1.8.9.99.20-6 – Conta Garantida – Sem Característica de Concessão de Crédito (adequação ao COSIF), evidenciando que esses empréstimos serão liquidados pelos usuários dessas contas garantidas junto as instituições financeiras.

3.2.1 Obrigações por transações de pagamentos

As contas a pagar aos estabelecimentos comerciais são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de atualização quanto aplicável. Os pagamentos ocorrem após trinta e dois dias da data da compra, no caso de parcelamento as parcelas são pagas a cada trinta e dois dias, também a partir da data da compra. O estabelecimento comercial poderá solicitar uma antecipação desses pagamentos à CREDI-SHOP, que dispor de recursos financeiros antecipará os valores solicitados de acordo com a taxa de desconto contratada até o limite de 2 (duas) vezes a taxa SELIC.

3.2.2 Provisão para valores a receber relativos a transações de pagamentos

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela legislação fiscal, juntamente com a Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Banco Central do Brasil, as quais leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco e os percentuais esperados de perda. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base na Resolução CMN nº 2.682/1999.

3.3 Investimentos

Os investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzido da perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando aplicável.

3.4 Imobilizado de uso

Os ativos imobilizados de uso são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da depreciação. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa nº 6. O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável, os critérios e procedimentos para reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso adotados pela CREDI-SHOP estão de acordo com a Resolução BCB nº 6, de 12 de agosto de 2020, em vigor desde 1º de janeiro de 2021.

3.5 Intangível

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Instituição e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas, os critérios e os procedimentos para reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível adotados pela CREDI-SHOP estão de acordo com Resolução BCB nº 7, de 12 de agosto de 2020, em vigor desde 1º de janeiro de 2021.

3.6 Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes reconhecem os rendimentos “*pro-rata temporis*”, na forma prevista no art. 7º da Resolução BCB nº 120 de 27 de julho de 2021, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, quando aplicável, e são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

3.7 Demais passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.8 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Administradora possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, os critérios para reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, de contingências passivas adotados pela CREDISHOP estão de acordo com a Resolução BCB nº 9, de 12 de agosto de 2020, em vigor desde 1º de janeiro de 2021.

3.9 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nos lucros tributáveis, de acordo com a legislação tributária brasileira, à taxa de 15% de imposto de renda, com adicional de 10% sobre o excedente à R\$ 60 (mil), por trimestre, e 15% de contribuição social no período de 1º de janeiro de 2021 até 30 de junho de 2021 e 20% a partir de 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021. A partir de 1º de janeiro de 2022 a alíquota da contribuição a ser aplicada será de 15%, conforme previsto no art. 3º da Lei nº 14.183 de 14 de julho de 2021, alterado pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988.

Não existem estoques de prejuízos fiscais ou adições ou exclusões temporárias que determinassem o cálculo e registro de eventuais créditos tributários.

3.10 Benefícios a empregados

A Instituição oferece aos seus funcionários benefícios como: plano de saúde, assistência odontológica, bolsa auxílio estágio, seguro de vida, cursos e treinamentos, vale-transporte e vale-refeição, aconselhamento psicológico e jurídico, programa corporativo de academia e atividades esportivas, auxílio na aquisição de enxoval para bebês dos colaboradores, acompanhamento de fonoaudiólogo e ginástica laboral. Esses custos são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

3.11 Destinação do resultado

A Reserva Legal é constituída na forma da Lei, sendo 5% do Lucro Líquido, após sua constituição, é calculado o dividendo mínimo obrigatório, em 25% do Lucro Líquido remanescente, sendo registrado como passivo circulante na rubrica “Dividendos mínimos obrigatórios”, por ser considerada como uma obrigação estatutária, conforme art.13 da Resolução BCB nº 66 de 26 de janeiro de 2021, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022.

A parcela dos dividendos superior ao mínimo obrigatório é registrada de forma segregada como “Reserva especial de lucro”, no patrimônio líquido, conforme art. 14 da Resolução BCB nº 66 de 26 de janeiro de 2021, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022.

3.12 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, conforme alínea “a” do inciso III do § 1º do art. 8º da Resolução BCB nº 2. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. As receitas decorrentes de captura das transações com cartões de crédito são apropriadas ao resultado na data do processamento das transações. A receita de serviços prestados para estabelecimentos credenciados comerciais é reconhecida no resultado quando da prestação dos serviços. A receita com repasse antecipado aos estabelecimentos credenciados é reconhecida “*pro-rata temporis*” considerando os seus prazos de vencimento, na forma prevista no art. 7º da Resolução BCB nº 120.

3.13 Redução do valor recuperável dos ativos

Anualmente é realizada a revisão dos valores líquidos dos ativos a fim de avaliar a necessidade de serem constituídas eventuais provisões para desvalorização.

3.14 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários são avaliados e, quando necessário e relevante, são ajustados a seu valor presente, o qual considera os fluxos de caixa e taxa de juros explícitas ou implícitas.

3.15 Resultados não recorrentes

Correspondem a elementos do resultado da Instituição que não estejam relacionados as suas operações ou que estejam relacionados apenas incidentalmente, cuja ocorrência se estime não ser frequente em exercícios futuros, e cujo valor supere ao nível de materialidade adotado pela administração.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2022	31/12/2021
Caixa	696	407
Banco conta movimento	7.298	2.692
Aplicações financeiras	168.358	159.984
	176.352	163.083

5. Valores a receber relativos a transações de pagamentos

	30/06/2022	31/12/2021
Usuários dos cartões de crédito	491.367	500.241
Cobranças efetuadas por terceiros	2.076	1.581
Conta Garantida- usuários de cartões de crédito - Safra	(9.925)	(10.772)
Conta Garantida- usuários de cartões de crédito - Santander	(22.671)	(22.275)
Renegociações de créditos baixados - Art. 8º da Res. 2.682/99	(7.998)	(6.817)
	452.849	461.958

6. Imobilizado de uso

	Depreciação %	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	30/06/2022	31/12/2021
Terrenos	-	2.253	-	2.253	2.253
Edificações	4	5.647	(1.968)	3.679	3.776
Veículos	20	493	(390)	103	148
Máquinas e equipamentos	20	19.899	(19.032)	867	1.243
Computadores e periféricos	20	20.398	(18.152)	2.246	2.043
Móveis e utensílios	10	1.968	(1.642)	326	331
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	3.725	(3.611)	114	144
		54.383	(44.795)	9.588	9.938

6.1 Movimentação do imobilizado de uso

	31/12/2021	Adições	30/06/2022
Terrenos	2.253	-	2.253
Edificações	5.646	-	5.646
Veículos	493	-	493
Máquinas e equipamentos	19.874	25	19.899
Computadores e periféricos	19.715	684	20.399
Móveis e utensílios	1.941	27	1.968
Benfeitorias em imóveis	3.725	-	3.725
	53.647	736	54.383
Depreciação (deduzido PIS e COFINS)	(43.709)	(1.086)	(44.795)
Imobilizado de uso líquido da depreciação	9.938	(350)	9.588

6.2 Movimentação do ativo intangível

Os Ativos Intangíveis são resultantes de direitos contratuais de uso e licenças de programas de softwares, ativos não monetários identificáveis, sem substância física, que preenchem todos os critérios e os procedimentos para reconhecimento contábil previsto na Resolução BCB nº 7 de 12 de agosto de 2020.

Composição	Taxa média anual de amortização - %	Custo	30/06/2022		31/12/2021
			Amortização Acumulada *	Líquido	Líquido
Marcas e patentes	-	6	-	6	6
Softwares	20%	17.251	(11.037)	6.214	5.565
Total do intangível		17.257	(11.037)	6.220	5.571

(*) A amortização do ativo intangível com vida útil definida é reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional, denominada de amortizações.

No 1º semestre de 2022, foi investido R\$ 2.212 no ativo intangível conforme relação abaixo:

Descrição dos direitos contratuais de uso e licenças de programas de software	1º semestre 2022
LICENÇA WINDOWS 2019 - SOFTWARES DIGITAIS COMERCIO E SERVICOS DA INFORMATICA	4
LICENÇA TEAM VIEWER - TARGETWARE INFORMATICA LTDA	12
LICENÇA DE USO DE PROGRAMA DE COMPUTADOR/ATUALIZAÇÕES TECNICAS - ORACLE	392
LICENÇA WIN SERVER DATCR CORE 2 - SOFTLINE INTERNACIONAL BRASIL COM E LIC DE SOF	103
LICENÇA SOFTWARE GITLAB PREMIUM EDITION - IGCORPORATE SOLUCOES DIGITAIS LTDA	40
LICENÇA MODULO SITEF - FD DO BRASIL SOLUÇÕES DE PAGAMNETO LTDA	62
LICENÇA VMWARE - SCANSOURCE BRASIL DISTRIBUIDORA DE TECNOLOGIAS LTDA	64
LICENÇA DE PESQUISA ENTERPRISE IT LEADSERHIP TEAM PLUS LEADER- GARTNER DO BRASIL	1.473
LICENÇA MODULO SITEF - FISERV DO BRASIL INSTITUICAO DE PAGAMENTO	62
Total das aquisições do ativo intangível adquirido no ano de 2022 até Junho	2.212

7. Obrigações tributárias

	30/06/2022	31/12/2021
IRPJ - Imposto de renda da pessoa jurídica	3.009	3.141
CSLL - Contribuição social sobre o lucro líquido	2.154	2.965
ISSQN - Imposto sobre serviços	313	358
PIS e COFINS	1.026	1.117
INSS e FGTS	957	740
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	273	339
	7.732	8.660

8. Provisões para contingências – perdas prováveis

	30/06/2022	31/12/2021
Código de defesa do consumidor	12	441
Ações trabalhistas	464	67
	476	508

9. Provisões e demais obrigações

	30/06/2022	31/12/2021
Provisão de férias e 13º salário	3.419	2.523
Contas a pagar	3	3
	3.422	2.526

10. Programa de Regularização Tributária – PRT (Liquidação do parcelamento espontâneo da CSLL), pago mediante a cessão de créditos fiscais (prejuízos fiscais) da Controladora SOCIC:

O valor de R\$ 13.360 refere-se a utilização de créditos de prejuízos fiscais cedido pela controladora SOCIC S.A., na forma prevista no Programa de Regularização Tributária – PRT instituída pela Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017, regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 1687, de 3 de janeiro de 2017, mediante a opção prevista no incisos I, da IN RFB nº 1687/17, a liquidação do parcelamento está condicionada a homologação pela Receita Federal do Brasil – RFB, conforme composição abaixo:

Valor do parcelamento consolidado em 14/02/2017	16.700
20% pago à vista no dia 14/02/2017	(3.340)
80% pago com a cessão de créditos fiscais da controladora, liquidação condicionada a homologação pela RFB.	13.360

11. Patrimônio Líquido

11.1 Capital social realizado

O capital social em 30 de junho de 2022 está representado por 62.277.202 ações, sendo: 54.711.136 ações ordinárias e 7.566.066 ações preferenciais, ações nominativas, sem valor nominal e de uma só classe e estão totalmente subscritas e integralizadas, conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 25 de abril de 2022, protocolada na Junta Comercial - JUCEPI, composto da seguinte forma:

Acionistas:	Quantidades de Ações				Capital Social em	
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%	Milhares de Reais - R\$ 30/06/2022	31/12/2021
SOCIC S/A	49.716.090	6.185.282	55.901.372	89,76%	232.843	218.112
Colonial Ltda	2.887.388	797.844	3.685.232	5,92%	15.355	14.383
Virgínia de Medeiros Claudino Milani	1.789.917	495.016	2.284.933	3,67%	9.519	8.916
Valdecy Claudino	317.741	87.924	405.665	0,65%	1.688	1.581
Capital realizado	54.711.136	7.566.066	62.277.202	100,00%	259.405	242.992

Em 25 de abril de 2022 foi aprovado o aumento do capital social de R\$ 242.992 (Duzentos e quarenta e dois milhões novecentos e noventa e dois mil reais), para R\$ 259.405 (Duzentos e cinquenta e nove milhões quatrocentos e cinco mil reais), representando um aumento de capital no valor de R\$ 16.413 (Dezesseis milhões quatrocentos e treze mil reais), sem a emissão de novas ações, conforme o § 1º do art.169 da Lei nº 6.404/1976, mediante:

Capitalização do saldo da conta Reserva Legal no valor de R\$ 6.598 (Seis milhões quinhentos e noventa e oito mil reais); e capitalização do valor de R\$ 9.815 (Nove milhões oitocentos e quinze mil reais), do saldo da conta Dividendo Adicional Proposto.

11.2 Reserva legal

Está representada pelo montante constituído com base na multiplicação do Lucro Líquido do Exercício pelo percentual de 5%. Nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O Saldo da reserva em 30 de junho de 2022 é de R\$ 777 (R\$ 6.598 em 31 de dezembro de 2021).

11.3 Dividendos adicionais propostos (obrigatórios e adicionais)

Do lucro líquido do exercício, após a dedução da reserva legal, foi destinado os dividendos mínimos obrigatórios na ordem de 25%. Após essas destinações, o saldo remanescente de Lucro Líquido apurado no 1º semestre de 2022 no valor de R\$ 11.071 (R\$ 10.628 no 1º semestre de 2021) está sendo proposto como dividendos adicionais, sendo registrado de forma segregada no grupo “Reserva especial de lucro”, do patrimônio líquido, conforme art. 14 da Resolução BCB nº 66 de 26 de janeiro de 2021.

A Instituição poderá levantar Balanços Intercalares semestrais, por deliberação da própria diretoria ou por provocação dos acionistas, permitindo a distribuição de dividendos intercalares ou intermediários com base no próprio lucro do exercício ou à conta de “Reservas especiais de lucros” existentes no último balanço anual ou semestral.

Os dividendos foram calculados conforme abaixo demonstrado:

		30/06/2022	30/06/2021
Lucro Líquido do semestre		15.538	14.916
(-) Reserva legal	5%	(777)	(746)
Base de Cálculo dos dividendos Mínimos Obrigatórios		14.761	14.170
(-) Dividendos Mínimos Obrigatórios	25%	(3.690)	(3.542)
Dividendos adicionais propostos			10.628
Reserva especial de lucro		11.071	

12. Transações e saldos com partes relacionadas

Em suas atividades habituais e em condições de mercado, são mantidas pela Instituição operações com partes relacionadas.

Apresentamos abaixo os saldos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, das transações entre partes relacionadas:

	30/06/2022	31/12/2021
Despesas operacionais - Comissão da SOCIC - Cobrança	-	2
Partes relacionadas - cessão de créditos fiscais PRT	13.360	13.360
	13.360	13.362

13. Receita operacional líquida

	1º semestre 2022	1º semestre 2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	65.362	64.661
Comissões de estabelecimentos comerciais	29.726	29.184
Aval, garantia e gestão administrativa	23.491	22.162
Aluguel de POS	5.129	5.550
Seguro massificado	7.016	7.765
Impostos incidentes sobre serviços faturados	(7.882)	(7.831)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	57.480	56.830

CREDI-SHOP S/ A – Instituição de Pagamento
CNPJ/MF 62.895.230/ 0001-13

14. Custos e despesas por natureza

	1º semestre 2022		1º semestre 2021	
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	57.480	100%	56.830	100%
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	28.108	49%	27.810	49%
Salários e encargos sociais	16.845	29%	17.273	30%
Correios	1.667	3%	1.760	3%
Telecomunicações	1.752	3%	1.695	3%
Serviços prestados por terceiros	6.176	11%	5.448	10%
Serviços técnicos e profissionais	1.619	3%	1.596	3%
Demais custos	49	0%	38	0%
DESPESAS OPERACIONAIS	5.948	10%	4.261	7%
Com Vendas	1.881	3%	966	2%
Administrativas	3.527	6%	3.228	6%
Tributárias	540	1%	67	0%
TOTAL DE CUSTOS E DESPESAS	34.056	59%	32.071	56%

15. Imposto de renda e contribuição social

	30/06/2022	30/06/2021
Lucro antes dos impostos	26.722	29.481
Alíquota nominal: 25% de IRPJ e 15% de CSLL	40,0%	40,0%
Despesa teórica de IRPJ e CSLL	(10.689)	(11.792)
(+/-) Ajustes para apuração da alíquota efetiva		
Adições permanentes	(149)	(362)
Aduções temporárias	(381)	(2.445)
Parcela isenta do adicional de 10% do IRPJ	12	12
Redução do imposto por incentivo fiscal - PAT	23	23
Despesa efetiva de IRPJ e CSLL corrente	(11.184)	(14.564)
<i>Alíquota efetiva dos impostos sobre o lucro</i>	-41,9%	-49,4%
Resultado do IRPJ e CSLL diferido	(381)	(2.445)

A Instituição não efetuou o registro contábil das diferenças temporárias dedutíveis como ativo fiscal diferido. Essa prática está vinculada ao atendimento das condições cumulativas previstas no art. 4º da resolução BCB nº 15 em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021.

16. Resultado financeiro líquido de tributos

	1º semestre 2022	1º semestre 2021
Descontos financeiros obtidos	15	50
Rendas de antecipações	7.391	1.751
Multas, juros e encargos recebidos de usuário de cartão de crédito	9.103	5.344
Rendimentos de aplicações financeiras	7.685	1.480
(-) Tributos (PIS e COFINS)	(1.124)	(400)
Total das Receitas Financeiras	23.070	8.225
(-) Taxas de recebimentos por estabelecimentos credenciados	(1.187)	(1.391)
(-) Tarifas bancárias	(2.018)	(1.770)
(-) Juros sobre empréstimos	(178)	-
(-) Juros de mora	(13)	(2)
Total das Despesas Financeiras	(3.396)	(3.163)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	19.674	5.062

17. Informações adicionais

Contingências classificadas como perdas possíveis

Adicionalmente, informamos que a Instituição possui ações tributárias, trabalhistas, cíveis e com o consumidor em 30 de junho de 2022 no valor de R\$ 6.487 e R\$ 6.303 em 31 de dezembro de 2021, essas ações ajuizadas ou em fase de judicialização envolvem riscos de perdas avaliadas como possíveis por nossos assessores jurídicos, para as quais não foram constituídas provisões, sendo sua composição:

Processos em discussão judicial e avaliados como perdas possíveis		valores originais atualizados	
		30/06/2022	31/12/2021
Natureza	Composição dos Processos		
ISSQN	Impugnação de cobrança indevida do ISSQN sobre a locação de POS e	2.048	1.925
Auto Infração	sobre a concessão de aval e garantias aos usuários de cartões;		
PIS/COFINS	Impugnação da glosa decorrente do aproveitamento de créditos de	4.382	4.250
Auto Infração	insumos relacionados as atividades fins da administração de cartões;		
	Provisões para riscos trabalhistas;	-	15
	Provisões para riscos cíveis;	-	46
	Provisões para riscos com o consumidor;	57	67
		6.487	6.303

18. Gerenciamento de riscos

A Instituição apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Liquidez
- Risco de crédito
- Risco operacional
- Risco de capital

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Instituição para cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gestão do capital.

Estrutura do gerenciamento de riscos

As políticas de gerenciamento de riscos em processo da Instituição são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, monitorando aderência aos limites. As políticas e os Sistemas de Gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para serem adequados às mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades.

Risco de liquidez

A Instituição gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julga adequados por meio do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A administração entende que o risco é reduzido.

Risco de crédito

O risco é mitigado devido as políticas conservadoras adotadas pela Instituição na gestão de crédito rotativo concedido aos portadores de cartão.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos: pessoal, tecnologia e infraestrutura da Instituição e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Instituição.

Um dos objetivos da Instituição é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, por isso busca eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída ao comitê de riscos. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Instituição para a administração de riscos operacionais nas respectivas áreas.

Risco de capital

A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, art. 35, II, orienta que as notas explicativas contenham informações específicas sobre a gestão do capital, abarcando informações qualitativas e dados quantitativos que evidenciem a forma como a Instituição administra seu capital, sua evolução comparativa com o período anterior, bem como os elementos do atual nível dos índices de capital regulatório.

A gestão do capital da Instituição tem como objetivo prever e suprir o capital necessário para suportar de forma sustentável o seu crescimento e planejar as fontes adicionais de capital, de forma a destinar, permanentemente, reservas e lucros que deverão ser incorporados ao patrimônio líquido, ajustado sempre acima do percentual mínimo requerido.

A Circular nº 3.681, de 4 de novembro de 2013, art. 9º, dispõe sobre os requerimentos mínimo de patrimônio a serem adotados pelas instituições emissoras ou credenciadoras de instrumento de pagamento pós-pago. Estabelece que a instituição deve manter, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% (dois por cento) do valor médio mensal das transações de pagamento executadas nos últimos 12 (doze) meses.

Em 30 de junho de 2022, o patrimônio líquido da Instituição era de R\$ 271.253, equivalente a 13% do valor médio das transações nos últimos 12 (doze) meses, superior a 2% (dois por cento) do percentual mínimo do patrimônio líquido requerido, sendo 11 p.p acima do limite requerido.

Segue abaixo o cálculo do requerimento mínimo de capital aplicável a CREDI-SHOP:

	30/06/2022	31/12/2021
Valor médio das transações nos últimos doze meses "VMT"	2.029.156	2.029.156
Patrimônio líquido ajustado pelas contas de reservas	271.253	259.405
Cálculo do requerimento mínimo do patrimônio líquido		
% do Patrimônio líquido sobre o VMT	13%	13%
Percentual mínimo do patrimônio líquido requerido	2%	2%
Excedente acima do percentual mínimo requerido	11 pp	11 pp

19. Instrumentos financeiros

A Instituição possui instrumentos financeiros não-derivativos como contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como fornecedores e outras dívidas. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Instituição não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros para fins de reduzir seu grau de exposição a riscos de mercado, de moeda e taxas de juros ou com o objetivo de especulação.

Caixa e equivalentes de caixa: são avaliados pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável.

Contas a receber e estabelecimentos credenciados: decorrem diretamente das operações da Instituição, estão registradas pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

Financiamentos e Empréstimos: quando aplicáveis, são reconhecidos inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos financeiros e juros proporcionais ao exercício incorrido ("*pro-rata temporis*"), líquidos dos pagamentos efetuados. O valor registrado e as taxas de captação dos empréstimos aproximam-se do valor de mercado.

A Instituição, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não possuía saldos de ativos financeiros mantidos para negociação ou designado ao valor justo através de lucros e perdas.

Os ativos financeiros, exceto aqueles alocados a valor justo através de lucros ou perdas, são avaliados por indicadores de *impairment* na data do balanço. São considerados deteriorados/valorizados quando há evidência que, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento foram impactados.

20. Análise de sensibilidade

Os resultados da Instituição são sensíveis as variações decorrentes das operações financeiras atreladas as flutuações nas taxas de juros, isso faz com que os rendimentos de aplicações financeiras e as rendas de antecipações sejam substancialmente afetadas pelas flutuações nas taxas de juros, a exemplo da taxa do CDI. Para reduzir eventuais riscos de exposição às taxas de juros, a Instituição aplica seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. A aplicação estratégica dessas "reservas" tem como objetivo assegurar a liquidez no curtíssimo prazo advindos do risco de crédito em tempos de incertezas, protegendo-se de eventuais resultados adversos ou imprevisíveis e da volatilidade do mercado, precavendo-se para adequações repentinas adotadas pelos responsáveis na condução da política monetária ou econômica.

As métricas de apuração da lucratividade da Instituição quando medidas a partir das taxas médias de juros praticadas no 1º semestre de 2022 e sensibilizadas com taxas mais baixas de 10%; 25%; 50% e 75%, utilizadas para testar os limites de estresse em cenários de riscos e mantendo as demais variáveis constantes, apura-se reduções nos resultados, conforme análise de sensibilidade abaixo demonstrada:

Resultados	30/06/2022 Sensibilidade nas variações das taxas de juros				
	realizado	-10%	-25%	-50%	-75%
Lucros antes dos impostos e das receitas financeiras atreladas a taxa de juros	12.347	12.347	12.347	12.347	12.347
Rendimentos de aplicações financeiras	7.685	6.917	5.764	3.843	1.921
Rendas de antecipações	7.391	6.652	5.543	3.696	1.848
(-) Tributos incidentes sobre as rendas	(701)	(631)	(526)	(351)	(175)
Lucro antes dos impostos	26.722	25.285	23.128	19.535	15.941
Imposto de renda e contribuição social	(11.184)	(10.583)	(9.680)	(8.176)	(6.672)
Lucro líquido do semestre	15.538	14.702	13.448	11.359	9.269

Os resultados da Instituição são impactados somente pelas flutuações nas taxas de juros. Outras variáveis não controláveis, tais como, flutuações no volume financeiro das transações, quantidade de transações capturadas, flutuações no ticket médio de compras, não foram consideradas na análise de sensibilidade.

A Instituição não possui investimentos em operações de hedge, derivativos, empréstimos e financiamentos, ativos ou passivos sujeitos as oscilações cambiais, que possam afetar seus resultados ou provocar reduções adversas no seu patrimônio líquido, o uso do capital próprio no curso normal de suas atividades como administradora de cartões, mitiga os riscos de liquidez, liberando e direcionando a administração para controlar os riscos de crédito e operacional com eficiência e frequência.

A análise de sensibilidade acima demonstrada, atende aos requisitos exigidos pela Resolução BCB nº 2, art. 35, I, e a depender do cenário atual sinalizado pelo Copom, que avaliou a necessidade de continuar sua política de aumentar a taxa básica de juros Selic em menores magnitudes sem previsão de reduções no curto e médio prazo, é esperado pela administração que os resultados para os próximos 12 (doze) meses se mantenham ou sejam mais promissores que os apurados no 1º semestre de 2022.

Espera-se que os resultados sejam impulsionados pelos auxílios emergenciais adicionais e temporários até o final de dezembro de 2022, que visa proteger as pessoas em situação de vulnerabilidade, o que irá ajudar na recomposição parcial do poder aquisitivo dos usuários de cartões.

21. Resultados não recorrentes

A Instituição não possui despesas e/ou receitas não recorrentes, que em relação ao período de divulgação, possam impulsionar os resultados ou piorá-los, muito menos influenciar na análise de sensibilidade.

22. Advogados

A Instituição é parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal de suas atividades, envolvendo questões tributárias e trabalhistas.

Com base nas informações de sua assessoria jurídica, nas análises das demandas pendentes e em experiências anteriores, constituiu provisões consideradas suficientes para cobrir eventuais desembolsos futuros, classificadas e contabilizadas no exercício corrente conforme notas explicativas nº 8. (perdas prováveis) 17. (perdas possíveis).

23. Seguros

A Instituição mantém cobertura de seguro por montantes considerados pela Administração suficientes para a cobertura de riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. A política de seguro leva em conta a dispersão geográfica e o valor individual dos ativos utilizados e o fato de que a Instituição é prestadora de serviços; logo, não possui grande dependência de ativos tangíveis.

24. Evento subsequente

A Lei nº 14.446, de 02/09/2022 adotou e converteu a Medida Provisória nº 1.115 de 28 de abril de 2022, determina a majoração de alíquota de 1% da CSLL a partir de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022, passando a alíquota a ser de 16% (dezesesseis por cento) que deverá ser aplicada a partir do encerramento do 3º trimestre de 2022.

Diretoria Estatutária

Diretora Presidente	_____ Virgínia de Medeiros Claudino Milani
Diretor Superintendente	_____ Luís Aécio Germano Magalhães
Diretor Administrativo	_____ Ismael Francisco Andrade Vilela dos Santos
Diretora de Marketing	_____ Vera Lúcia de Medeiros Claudino Mello
Diretora de Compliance e Ouvidoria	_____ Josenice Vieira dos Reis

Teresina (PI), 29 de agosto de 2022

Virgínia de M. C. Milani
Diretora Presidente

Idomá Gomes de Oliveira
Contador: CRC PI – 004874/O-9 T-PA